



PODER

Avança pacote do governo para baixar combustível

Relator do PLP que fixa teto do ICMS, Fernando Bezerra apresenta parecer e abre caminho para a votação na próxima semana

» TAÍSA MEDEIROS

Defendido pelo governo, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 18/22 — que estabelece teto de 17% para a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente nos combustíveis e na energia — foi apresentado, ontem, no Senado, o que abre caminho para que a proposta seja votada na segunda-feira. O texto sofre resistência dos governadores porque vai impactar a receita dos estados e do Distrito Federal, pois o tributo é a principal fonte de arrecadação dos entes federativos.

O relator do PLP, senador Fernando Bezerra (MDB-PE), optou por manter a estrutura do texto estabelecida pela Câmara e incluiu mecanismos de compensação aos estados por perdas decorrentes da fixação do teto.

O projeto prevê a reposição a partir do abatimento da dívida dos estados com a União, nos casos em que ocorra queda de arrecadação superior a 5%. Os entes que não estão nessa situação — cinco, no total — foram atendidos por meio de uma alteração no texto de Bezerra.

“Tem dois mecanismos para compensar os estados que não têm dívida com a União. O primeiro caminho é vinculando a receita que cabe à União da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM). Poderia fazer a vinculação direta para compensar esses cinco estados. A estimativa de perda desses estados, se eles vierem a perder, alcança de R\$3 bilhões”, disse. “O segundo mecanismo é que

os estados teriam prioridade no acesso à contratação de financiamentos neste segundo semestre, para que possam ter recursos para bancar investimentos e, com isso aliviar, o seu caixa.”

Na avaliação do relator, não procede o discurso de que apenas os estados serão impactados com a medida. “Há um debate, que a gente vem presenciando nesta Casa e pela imprensa, de que o sacrifício está sendo exigido só dos estados e municípios. Não é verdade. Na realidade, a União está entrando com uma contribuição superior a R\$ 32 bilhões. Se nos fiarmos nas estimativas de perda feitas pelo Senado, é muito superior à contrapartida oferecida pelos estados, que é de pouco mais de R\$ 20 bilhões”, ressaltou.

Confiança

Bezerra disse ter confiança de que a proposta surtirá efeito para amenizar o impacto no bolso do cidadão. “Já existem algumas sinalizações de que, se esse projeto cumprir os objetivos que se espera dele, tem a capacidade de reduzir o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) em dois pontos percentuais até o fim do ano. Se isso ocorrer, se o projeto for efetivo, o Brasil poderá ter uma inflação menor do que a americana, depois de muito tempo, ao longo da sua história”, frisou.

Apesar disso, Bezerra reconheceu que ainda deve haver resistência à proposta. “É evidente que os governadores continuam com muitas críticas em relação à iniciativa, e muito

Foto: G. G. / Agência Senado



Bezerra nega que haverá sacrifício apenas dos estados: “Na realidade, a União está entrando com uma contribuição superior a R\$ 32 bilhões”

preocupados com a eventual perda de receitas que os estados poderão enfrentar. Mas o aperfeiçoamento do mecanismo da compensação criou uma compreensão maior no sentido de dar segurança à sustentabilidade das receitas dos estados”, enfatizou.

PEC dos Combustíveis

O novo líder do governo na Casa, senador Carlos Portinho (PL-RJ), conseguiu o número necessário de assinaturas para protocolar a chamada Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Combustíveis,

proposta pelo presidente Jair Bolsonaro (PL). Eram necessárias 27 assinaturas, o que corresponde a um terço do número de senadores. A matéria será analisada, agora, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A ideia, segundo informou a equipe de Portinho, é passar

pelo Senado e pela Câmara antes do recesso parlamentar, que ocorrerá entre 18 e 31 de julho.

A PEC 16/2022 foi anunciada por Bolsonaro, nesta semana, como uma forma de compensar os estados pela perda de arrecadação do ICMS em caso de aprovação do PLP 18/2022.

Dificuldade de obter consenso

Todos os senadores concordam que é necessário um mecanismo para baixar os preços dos combustíveis e aliviar a vida dos consumidores. O ponto que divide opiniões é como isso será feito. A primeira etapa das discussões, na Casa, sobre o Projeto de Lei Complementar (PLP) 18/2022, que estabelece um teto para a cobrança do ICMS incidente nesses produtos, deixou clara a dificuldade para a obtenção de um consenso.

O senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) foi um dos que fizeram duras críticas à proposição — classificada por ele como “algo horrível”. Segundo o parlamentar, a média das alíquotas do ICMS sobre diesel e gás de cozinha já é de 17%. Portanto, o impacto maior vai ser somente na gasolina e no etanol, cujas alíquotas podem passar até um pouco dos 30%, conforme o estado.

“Isso é uma improvisação, sem nenhum cálculo e benefício imediato. Em 1º de janeiro do ano que vem, volta tudo como está. Estamos muito perto de votar algo simplesmente horrível”, disparou. “Uma improvisação e um oportunismo eleitoral, com total ausência de planejamento. É claro que eu quero que os impostos abaxem, mas não dessa forma”, acrescentou.

A senadora Zenaide Maia (Pros-RN) chamou governadores e prefeitos a se mobilizarem



Uma improvisação e um oportunismo eleitoral, com total ausência de planejamento”

Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), senador

contra a proposta, por acreditar que o PLP tira recursos de áreas como saúde e educação para distribuir lucro entre acionistas da Petrobras. Ao criticar o governo federal, o parlamentar disse que o Poder Executivo “não respeita ninguém, mas somente justifica que os combustíveis estão altos por culpa dos governadores”.

“A Petrobras pode ter lucros, mas não estratosféricos. Não tenha dúvida, povo brasileiro, de que esse PLP 18 vai tirar ainda mais recursos da educação pública”, frisou. “Metade do povo brasileiro (sofre) com insegurança alimentar, quando estão priorizando acionistas da Petrobras em detrimento de recursos para saúde e educação”, enfatizou. (Com Agência Senado)

Os pontos do projeto

Veja o que prevê o relatório do PLP 18/2022

- 1 Define que combustíveis, assim como energia, transportes coletivos, gás natural e comunicações são bens essenciais e indispensáveis. Com isso, estados não podem cobrar alíquotas de ICMS acima 17%. O ICMS incide sobre a circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. Constitui a mais importante fonte de arrecadação dos estados, que são obrigados a repassar 25% da arrecadação aos municípios.
- 2 Reduz a zero as alíquotas da Cide-Combustíveis e PIS/Cofins incidente sobre a gasolina até 31 de dezembro de 2022. Diesel e gás de cozinha já estão com as alíquotas zeradas desde a aprovação da Lei Complementar 192/2022.
- 3 Reduz a zero PIS/Pasep e Cofins incidente sobre o álcool hidratado e sobre o álcool anidro adicionado à gasolina, até 30 de junho de 2027. Segundo o relator, a medida visa não prejudicar a competitividade de tais produtos, que fazem parte de um segmento importante da economia nacional.
- 4 O relator incluiu mecanismos de compensação a estados, conforme pedido pelos governadores. Um deles permite o abate do pagamento dos serviços das dívidas dos estados com a União.
- 5 As dívidas dos estados com outros credores, mas com aval da União, também poderão ser usadas para efeitos de compensação.
- 6 Para os estados que não devem à União, haverá a possibilidade de apropriação de parte dos recursos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Mas isso aconteceria apenas em 2023. Caso precisem, esses estados também terão prioridade na contratação de novos empréstimos em 2022.
- 7 O relator não adotou redução gradual para alíquota do ICMS, conforme vêm reivindicando os governadores.
- 8 Os parlamentares terão até meio-dia de segunda-feira para apresentarem emendas.



Fonte: Agência Senado

Petrobras: Caio Paes de Andrade é indicado

O Ministério de Minas e Energia divulgou, ontem, a lista com os nomes indicados para o Conselho de Administração da Petrobras, confirmando o nome do secretário de Desburocratização do Ministério da Economia, Caio Paes de Andrade, para o lugar do presidente demissionário, José Mauro Coelho.

A indicação dos novos membros do conselho era esperada pela liderança da Petrobras para agendar a Assembleia-Geral Extraordinária (AGE) de acionistas da empresa, que vai analisar as indicações, incluindo a troca de comando na empresa.

Apenas quatro integrantes foram mantidos: Ruy Flaks Schneider e Márcio Weber, indicados pela União; e os representantes dos acionistas minoritários José João Abdala Filho e Marcelo Gasparino da Silva.

Foram confirmados os nomes de Edison Antonio Costa Brito Garcia; Ieda Aparecida de Moura Gagni e Jonathas Assunção Salvador Nery de Castrow, que tiveram seus nomes vazados nos últimos dias. Também foram indicados Ricardo Soriano de Alencar e Gileno Gurjão Barreto, esse último para a presidência do Conselho.

Os nomes indicados passarão, agora, pelos órgãos de elegibilidade da Petrobras e, se aprovados, serão levados à Assembleia-Geral Extraordinária, ainda sem data marcada.